

ACCOUNTABILITY E GESTÃO SOCIAL NOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: UM ESTUDO SOBRE O CONTROLE DOS RECURSOS PÚBLICOS POR REGIÕES BRASILEIRAS

Artur Angelo Ramos Lamenha¹
Silvia Marisa Rampello²
Juedir Viana Teixeira³
Karoline do Carmo Ramos Lamenha⁴

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo apresentar os determinantes do controle social nos municípios brasileiros sob o ponto de vista da responsabilidade social das câmaras municipais e das instituições envolvidas, considerando a transparência, a legibilidade na prestação de contas, o nível de evidencição, as tecnologias, as mídias sociais e os meios de comunicação, como elementos fundamentais para o desempenho da gestão municipal. Para isso, foram utilizados instrumentos estatísticos para análise de relatórios de auditoria, indicadores socioeconômicos, fiscais e contábeis para o primeiro corte de 1206 municípios, utilizando estatísticas multivariadas como análise de componentes principais, análise de cluster, correlações e aplicação da análise de legibilidade para o desenvolvimento de construtos. As dimensões investigadas sobre controle social apresentam diferenças estatísticas em relação aos estados brasileiros, por apresentarem achados na formação de grupos por clusters, em que se verificou nos padrões de similaridade e distância, grupo formado por Amapá e Roraima, com destaque no estado do Tocantins, e outros dois grandes grupos divididos entre as regiões Norte e Nordeste, e outro grupo Sul e Sudeste.

Palavras-chave: Controle Social; Gestão Social; Responsabilidade Social.

ABSTRACT: This research aims to present the determinants of social control in Brazilian municipalities from the point of view of social responsibility of the municipal chambers and the institutions involved, considering transparency, legibility in the provision of accounts, the level of evidence, technologies, and social media and the means of communication, as fundamental elements for the performance of municipal management. For isso, statistical instruments were used for the analysis of audit reports, socioeconomic, fiscal and accounting indicators for the first cut of 1206 municipalities, using multivariate statistics such as analysis of main components, cluster analysis, correlations and application of the legibility analysis for o development of constructs. The dimensions investigated on social control present statistical differences in relation to the Brazilian states, because they will present differences in the formation of groups by clusters, in which the patterns of similarity and distance were verified, group formed by Amapá and Roraima, with highlight the state of Tocantins, and another two large groups divided between the North and Northeast regions, and another group South and Southeast.

Keywords: Social Control, Social Accountability, Social Management.

¹ Doutor na Universidade Federal de Alagoas – UFAL E-mail: artur.lamenha@gmail.com

² Mestra na Universidad Nacional de La Matanza – UNLAM E-mail: srampello@unlam.edu.ar

³ Doutor na Universidade Cândido Mendes – UCAM / UNIVAR / UNAM E-mail: juedir@me.com

⁴ Mestra na Universidade Federal de Alagoas – UFAL E-mail: karolinelamenha@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

Os instrumentos e práticas de controle social permitem a responsabilização dos agentes públicos em relação aos seus atos e omissões perante a administração pública e a sociedade, e são divulgados de forma abrangente aos cidadãos com a qualidade necessária para registrar, catalogar e organizar as informações, respeitando os requisitos de utilidade, suficiência, assimetria, oportunidade e detalhe.

Os problemas relacionados à prestação de contas democrática são percebidos nas instituições e atores que têm condições de levar a sociedade a prestar, avaliar e aprovar as contas, mas não o fazem ou não são capazes de fazê-lo, o que impossibilita o aprimoramento do sistema democrático para salvaguardar a capacidade de aprender com a experiência e garantir a transferência ordenada de poder, sobrevivência e progresso.

Nesse sentido, é fundamental estimular e garantir o aumento da participação cidadã em processos multicanais de prestação de contas com demandas crescentes de explicações, justificativas e sanções, podendo ser interpretados como um fenômeno democrático positivo, pois assim permitem a representação da sociedade e que, influenciando os termos da ordem política, têm um processo de prestação de contas transparente, dinâmico e seguro.

A divulgação de informação sobre prestação de contas, de forma precisa, válida e completa através de relatórios financeiros, relatórios de sustentabilidade e indicadores não econômicos na web e redes sociais, é uma forma de exercê-la e, desta forma, a internet é um meio essencial elemento de controle das ações dos agentes públicos e da interação entre o cidadão, as instituições e os agentes das organizações governamentais, do qual se espera a melhor imagem e reputação.

Tendo em vista o exposto, este estudo limitou-se a analisar a prestação de contas dos 1.206 entes municipais junto à Controladoria Geral da União, incluindo seus conselhos municipais de direito, e neste sentido, esta investigação tem como questão de pesquisa: Existem diferenças estatísticas em relação aos estados brasileiros quanto às dimensões de controle social propostas neste estudo?

Para responder à questão, são apresentadas hipóteses sobre as dimensões propostas para o desenvolvimento do modelo de análise sobre controle social, e a para correlacionar esse modelo com o cenário socioeconômico e fiscal dos municípios investigados.

A hipótese das diferenças estatísticas das dimensões pesquisadas em relação aos estados brasileiros foi proposta a partir de estudos que correlacionam indicadores municipais, como arrecadação de impostos e resultados fiscais (ZUCCOLOTTO & TEIXEIRA, 2014); a localização em regiões e estados (CRUZ et al, 2012), o tamanho das entidades pesquisadas (RUFINO & MONTE, 2015; MURCIA & SANTOS, 2009), a abrangência da população (LEITE et al, 2015).

Este estudo justifica-se por abordar o controle social na perspectiva da participação da sociedade civil na construção e fortalecimento de mecanismos de accountability, envolvendo câmaras municipais, órgãos de controle governamental, instituições sociais e redes sociais, e considera os eventos de engajamento cidadão na comunidade em busca da solução de seus problemas como uma prática social e não apenas como um método de constituição governamental ou uma obrigação normativa (HABERMAS, 1984 ; PINTO, 1995; PERUZZOTI, 2006; ROLIM, 2014) .

Para a investigação de campo, utilizou-se pesquisa documental em busca de dados sobre os Conselhos Municipais, indicadores, relatórios e acórdãos dos Tribunais, coletando na base de dados do IBGE, Tribunais, Institutos Estaduais de Pesquisa e sites oficiais dos Municípios, devido à riqueza de informações que devem ser exploradas para o desenvolvimento desta tese (MATTAR, 2017).

Quanto à classificação técnica do ponto de vista quantitativo, trata-se de uma investigação quantitativo-descritiva, pois utiliza dados que requerem precisão e controle estatístico na análise da base de dados sobre municípios e indicadores, que se destinam a verificar hipóteses em estudos de avaliação de programas (MARCONI & LAKATOS, 2002).

Os dados quantitativos para análise dos valores repassados aos municípios e correlacionados com as variáveis socioeconômicas, fiscais, estruturais e de controle, foram extraídos das bases de dados MUNIC/IBGE, Receita Federal do Brasil, SICONFI e Tesouro Nacional Transparente, e posteriormente introduzidos nos softwares PAST 4.03 (HAMMER et al, 2001) e JAMOVI 1.6 (JAMOVI PROJECT, 2021), padronizados e organizados para realizar análises fatoriais e de componentes principais a partir dos construtos de estruturas, variáveis sociais, econômicas, indicadores fiscais e gerenciais.

As variáveis propostas foram: Estrutura de comunicação, Internet e redes sociais, Atividades nas redes sociais, Formas de participação cidadã pela Internet, Governança, Controle interno: estrutura organizacional, desempenho, atividades e funções, Controle interno - Desempenho e atividades na aplicação de recursos públicos, Conselho da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselho do Idoso - CMDPI, Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência - CMPCD e Comissões e Conferências dos Conselhos.

Este estudo considerou, segundo Avritzer (2011) e Cortes (2011), a legibilidade e legibilidade das informações da MUNIC/IBGE e suas possíveis associações com outros indicadores, tais como: tamanho da população; características político-institucionais; Produto Interno Bruto; IDH; gini; IVS; indicadores fiscais; Receita municipal; e Receitas de Fundos de Direitos, com o objetivo de compilar um conjunto mais robusto de indicadores sobre o funcionamento dos IPs municipais e sobre o acesso a bens e serviços públicos. Para isso, foi utilizado o coeficiente de correlação de Spearman, por ser uma alternativa não paramétrica para encontrar o grau de correlação entre duas variáveis (VIEIRA, 2010), utilizando os softwares PAST 4.0.3 (HAMMER et al, 2001) e JAMOVI 1.6 (PROJETO JAMOVI, 2021).

A fórmula das dimensões utilizada para calcular os Fatores de Controle e Participação Social com base na maior Receita Municipal, aqui denominada *ARREC*, pode ser representada pela seguinte expressão:

$$Arrec = \sum Estrut + \sum AtivRede + \sum ParticIntern + \sum Govern + \sum CIEst + \sum CIAtua + \sum CMDCA + \sum CMDPI + \sum CMPCD + \sum ComConf$$

A obra está dividida em quatro capítulos, onde a introdução está no primeiro; uma breve discussão teórica sobre os temas investigados na segunda; a metodologia, apresentação e análise dos dados no terceiro; e as considerações finais na última.

2. REFERENCIA TEÓRICA

As entidades municipais enfrentam demandas cada vez mais complexas de atendimento na área socioeconômica, até porque estão mais próximas da sociedade civil do que outras entidades, são elas que permitem uma maior democratização de recursos e gestão pública, razão pela qual se identifica o exercício da cidadania política com maior apropriação na instância local onde vivem os cidadãos (Dias & Vasconcelos, 2015).

Para isso, segundo Albuquerque et al (2007), entende-se que é fundamental observar o critério de compreensibilidade disponibilizado aos cidadãos, garantindo assim a possibilidade real de que cada cidadão possa obter e interpretar informações completas, relevantes, oportunas, pertinentes e confiáveis sobre o desempenho da gestão no uso de recursos (Moon, 2002; Silva et al, 2009).

Almeida e Silva (2013) destacam o modelo que relaciona a contabilidade com o processo de prestação de contas, com o objetivo de compreender o papel que esses ramos do conhecimento desempenham nas organizações empresariais e sociais, como órgãos fundamentais da sociedade moderna. Contabilidade e prestação de contas estão fortemente interligadas, porém, a contabilidade não pode ser entendida como voltada apenas para o processo de prestação de contas e, por sua vez, não se esgota exclusivamente nas demonstrações financeiras. (Laughlin, 1990^a:94).

A accountability está relacionada aos fatores de governança, prestação de contas, controle e transparência, segundo Albuquerque et al (2007), com foco na prevenção de abusos e no combate à corrupção no setor público, tanto por sua constituição quanto por sua relevância nas relações sociais, econômicas e políticas. Para Caldas e Freire (2020), existe associação entre variáveis socioculturais, políticas, econômicas e governamentais com a transparência orçamentária, prestação de contas e participação da Auditoria junto ao público. Esta associação é explicada pelos determinantes da divulgação pública e transparência, e destaca, entre outros, o nível de legibilidade dos relatórios apresentados pela administração.

Segundo alguns estudos observados, é possível melhorar a prestação de contas com a ajuda de fatores estruturais, como: estrutura de comunicação, internet e redes sociais municipais (Fung, 2004; Pires y Vaz, 2010; Melo y Baiocchi, 2006; Cunha et al, 2011), atividade nas redes sociais e acesso e comunicação de conteúdo (Santos y Santos, 2014; Fuchs, 2015; Castells, 2012), bem como pela participação cidadã pela internet, individualmente por meio de Conselhos ou por meio de entidades religiosas e partidos políticos (Baialardi y Petri, 2015); Lopes et al, 2014; Lavallo, 2011; Borba, 2011; Cortes, 2011; Fonseca, 2011).

Outros estudos desenvolveram o tema sobre os determinantes do controle social dos recursos do fundo especial do ponto de vista da responsabilidade social dos municípios e das instituições envolvidas. (Walker, 2016; Uygur, 2020; Ayliffe et al, 2017; Bahramirad, 2018) e de transparência (Ahmad et al, 2020; Pivac et al, 2017; Abu Bakar & Saleh, 2015; Ortega-Rodríguez et al, 2020), além de envolver questões subjacentes e interligadas, como processos de doação para projetos sociais (Trussel & Parsons, 2007; Yao, 2015; Degasperri & Mainardes, 2017), a responsabilidade das

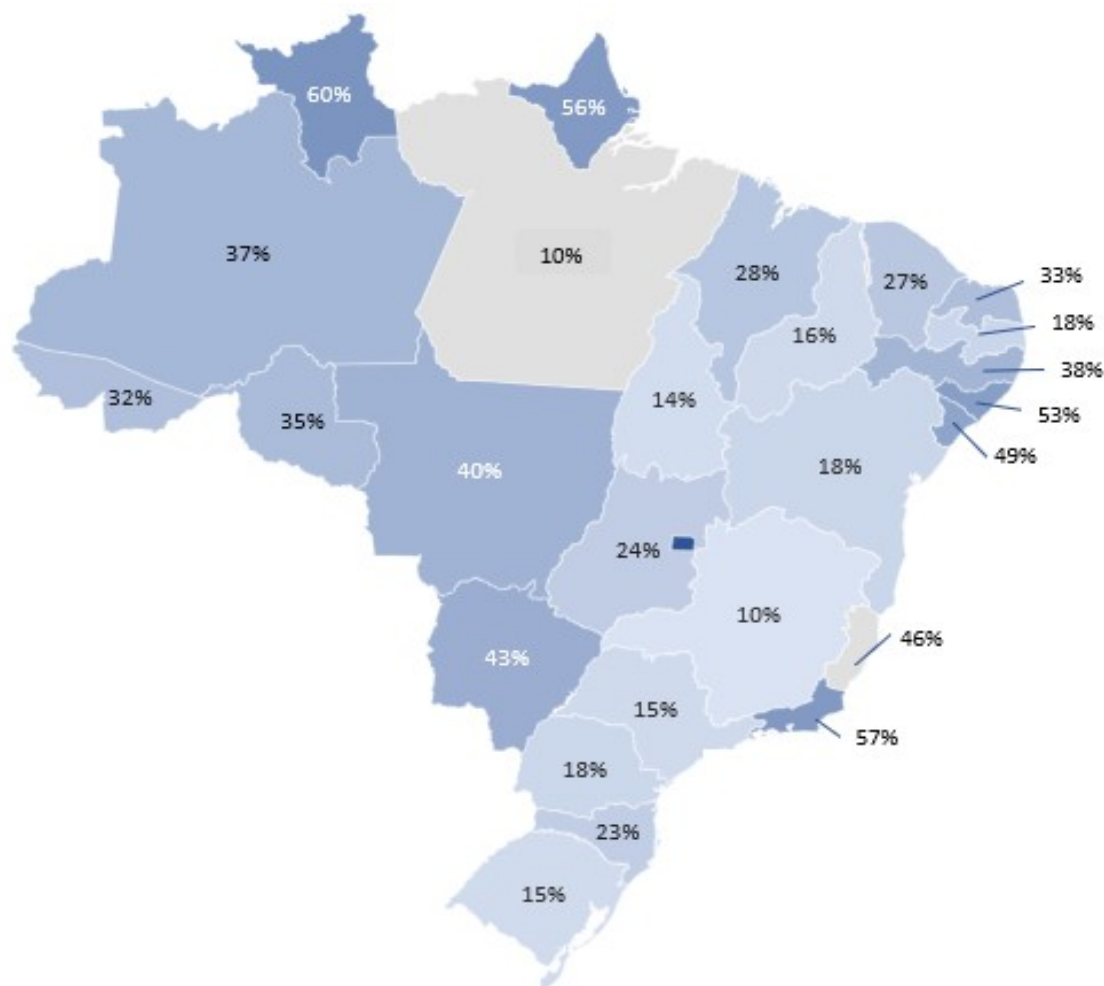
entidades sociais (Azevedo, 2017; Caldas & Freire, 2020; Moreno-Albarracín et al, 2020), a divulgação (Ling et al, 2018; Shahib & Risky, 2017; Nor et al., 2019; Agustiniingsih et al., 2017), mídias sociais e ação comunicativa, que são importantes para entender as diferenças significativas que ocorrem no volume transmitido às instituições sociais.

Face ao referencial apresentado, apresenta-se a seguir os dados da pesquisa por estado e região, considerando as variáveis da fórmula *ARREC*, proposta neste artigo.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A fase de análise e tratamento de material empírico e documental refere-se ao conjunto de procedimentos para avaliar, compreender e interpretar os dados empíricos, articulando-os com a teoria que sustentou o projeto ou com outras leituras teóricas e interpretativas cuja necessidade se deu pelo trabalho de campo.

Figura 1 - Municípios pesquisados por estado (%)



Fonte: elaboração própria

Inicialmente, foram observados os dados de 1.206 municípios que responderam às auditorias da CGU, seguidos dos dados da administração municipal dos municípios que responderam à pesquisa MUNIC/IBGE, obtendo dados oficiais, com representação proporcional dos entes pesquisados, conforme tabela a seguir.

Tabela 1 - Matriz de correlação dos ingressos totais

Correlation Matrix		Arrecad	EstrIntRed	AtivRedSoc	PartCidInt	Govern	CIEst	CIAtua	CMDCA	CMDPI	CMDPD	ComConf	LegGFI
Arrecadação	Spearman's rho	—											
	p-value	—											
EstrIntRed	Spearman's rho	0.449	—										
	p-value	<.001	—										
AtivRedSoc	Spearman's rho	0.416	0.661	—									
	p-value	<.001	<.001	—									
PartCidInt	Spearman's rho	0.228	0.407	0.455	—								
	p-value	<.001	<.001	<.001	—								
Govern	Spearman's rho	0.317	0.428	0.380	0.243	—							
	p-value	<.001	<.001	<.001	<.001	—							
CIEst	Spearman's rho	0.255	0.274	0.217	0.126	0.342	—						
	p-value	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	—						
CIAtua	Spearman's rho	0.240	0.231	0.187	0.113	0.258	0.547	—					
	p-value	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	—					
CMDCA	Spearman's rho	0.144	0.159	0.151	0.073	0.165	0.064	0.026	—				
	p-value	<.001	<.001	<.001	0.011	<.001	0.027	0.362	—				
CMDPI	Spearman's rho	0.324	0.314	0.273	0.162	0.210	0.114	0.116	0.425	—			
	p-value	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	—			
CMDPD	Spearman's rho	0.458	0.382	0.341	0.235	0.265	0.176	0.182	0.191	0.373	—		
	p-value	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	—		
ComConf	Spearman's rho	0.399	0.328	0.304	0.184	0.201	0.194	0.169	0.172	0.420	0.464	—	
	p-value	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	<.001	—	
LegGFI	Spearman's rho	0.057	0.065	0.056	-0.043	0.041	0.071	0.090	0.012	0.057	0.046	0.057	—
	p-value	0.049	0.024	0.053	0.140	0.158	0.013	0.002	0.679	0.048	0.108	0.049	—

Note. * p < .05, ** p < .01, *** p < .001

Fonte: elaboração própria

A Tabela 1 apresenta o resultado da correlação dos dados, utilizando o software JAMOVI 16.1, na análise dos 1.206 municípios computados, referentes às categorias de análise: EstrintRed; AtivRedSoc; PartCidInt; governo; CiEst; CiAtua CMDCA; CMDPI; CMDPD e ComConf. Em seguida, foram destacados todos os relatórios de prestação de contas de cada município e seus respectivos conselhos, incluindo os dados da pesquisa MUNIC/IBGE (Barreto, 2011) e as respostas à CGU nas solicitações de auditoria de todos os municípios. Esses dados foram transformados em textos para análise de legibilidade (Caldas e Freire, 2020) e analisados no software Alt 1.0.1, gerando também uma nova categoria de análise, o LEGFI.

Os dados apresentados em relação aos municípios com maior arrecadação municipal respondem à seguinte hipótese H1: As dimensões do controle social investigadas apresentam correlação positiva com os municípios com maior arrecadação.

A análise por regiões e estados foi realizada com o objetivo de apresentar o comportamento das dimensões estudadas do ponto de vista geográfico. De acordo com estudos sobre participação social (Avritzer, 2010; Cortes, 2011), as instituições estão localizadas em diferentes níveis de governo, apresentando características distintas dependendo de seus relacionamentos. Para isso, os dados foram tabulados por municípios, estados e regiões utilizando os softwares Past 4.03 e Jamovi 1.6.23, no qual foi verificada a normalidade dos dados para identificar se o teste a ser utilizado seria paramétrico ou não, e assim encontrado o Shapiro-Wilk em cada dimensão referente as 27 unidades da federação.

Tabela 2 - Teste de normalidade para análise por estado

	Estrut om int red	Ativred soc	PartCi d	Gover n	C lestrut org	C I Atua ec	CMD CA	CMD PI	CMP CD	Com Conf	Legi
N	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27	27
Shapir o-Wilk W	0,9035	0,8381	0,8422	0,7489	0,8257	0,2927	0,8253	0,8222	0,8286	0,8251	0,753
p(nor mal)	0,0161 2	0,0006 746	0,0008 111	2,01E- 05	0,0003 944	2,28E- 10	0,0003 87	0,0003 4	0,0004 5	0,0003 8	2,33E- 05

Fonte: elaboração própria

O resultado indicou para todos os grupos os valores de Shapiro-Wilk com o valor significativo dos dados, pelo p-normal, menor que 0,05, apresentando que em todos os grupos a distribuição dos dados não apresenta distribuição normal, procedendo-se assim a um teste não paramétrico de análise hierárquica, por cálculo de medianas, de Kruskal-Wallis para identificar se algum grupo apresenta diferença estatística em relação aos demais.

Tabela 3: Teste de Kruskal-Wallis para análise por estado

Kruskal-Wallis test for equal medians	
H (chi2):	834.6
Hc (tie corrected):	847.6
p (same):	1,21E-172
There is a significant difference between sample medians	

Fonte: elaboração própria

De acordo com os dados apresentados, o resultado indica que há diferença estatisticamente significativa entre as medianas das amostras dos estados pesquisados, dentro de uma norma de significância.

Conforme a tabela a seguir, praticamente todas as dimensões apresentam diferenças significativas entre os grupos de estados em todas as dimensões.

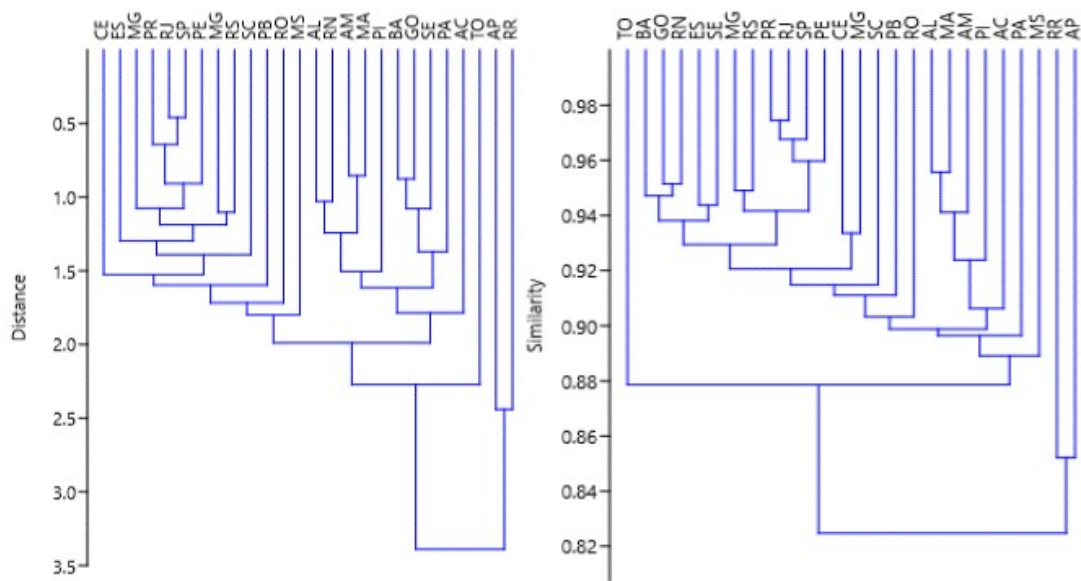
Tabela 4 - Teste *post hoc* de Dunn por estado

Dunn's post hoc	Estrutcom int red	Ativredsoc	PartCid	Govern	C I estrutorg	C I Atua ec	CMDCA	CMDPI	CMPCD	Com Conf	Legibil
Estrutcom int red											
Ativredsoc	0.03775										
PartCid	0.05289	0.8873									
Govern	6,54E-02	1,28E-06	3,06E-09								
C I estrutorg	0.6407	0.01095	0.01628	0.0004222							
C I Atua ec	1,13E-03	3,80E-09	1,03E-08	0.382	1,08E-02						
CMDCA	0.8264	0.06315	0.08608	2,53E-02	0.4926	3,65E-04					
CMDPI	0.6134	0.009803	0.01465	0.0004878	0.9693	1,29E-02	0.4687				
CMPCD	0.7536	0.01679	0.02447	0.0002344	0.8785	5,29E-06	0.5939	0.8483			
Com Conf	0.07983	0.7445	0.8539	9,23E-06	0.02653	3,63E-08	0.1254	0.02402	0.03887		
Legibil	3,72E-06	1,54E-12	4,80E-12	0.05694	5,65E-05	0.3032	9,61E-07	7,00E-08	2,37E-05	2,04E-11	

Fonte: elaboração própria

Em seguida foi realizada a análise de cluster para identificar quais estados diferem dos demais, sendo que neste caso Roraima e Amapá estão separados dos demais estados, e dentro do outro grupo o estado do Tocantins difere dos demais, e se analisarmos no dendrograma de distância específica, vemos que os estados do sul e sudeste estão concentrados em um único grupo, praticamente diferente dos estados do Nordeste, norte e centro-oeste que estão concentrados em outro grupo.

Gráfico 1 - Clusters por estado



Fonte: elaboração própria

Após as constatações dessa formação de agrupamentos por clusters, verificou-se que, na análise dos componentes principais por estado, destacam-se as maiores cargas para cada dimensão, inclusive a indicação de cargas negativas na dimensão estrutura de comunicação e redes sociais em os estados do Amapá, Amazônia e Rondônia, com destaque para o estado do Tocantins e cargas maiores nos estados de São Paulo, Alagoas e Rio Grande do Norte, o que pode ser relacionado a estudos que verificam as diferenças entre os governos locais em relação à legibilidade e adoção de padrões internacionais, como Allini et al (2017) e Caldas (2020).

Assim, pode-se perceber que as dimensões investigadas sobre controle social apresentam diferenças estatísticas em relação aos estados brasileiros.

Tabela 5 - Análise de Componentes Principais por Estados

Principal Components analysis	Estrutura de comunicação e redes	Atividade social	Participação Cid	Governança	CI estrutura org	CI Atual ec	CMD CA	CMD PI	CMP CD	Com Conf	Legibil
Rio de Janeiro	- 4.0489	7.48	- 0.47943	16.636	- 16.472	13.238	3.3774	2.7253	- 0.14386	2.5109	0.43525
São Paulo	15.466	13.451	- 3.5118	6.2373	7.0876	- 11.954	2.2907	0.50783	1.9669	- 0.79645	1.6136
Paraná	- 11.37	6.7609	- 1.3431	10.702	10.539	- 3.5389	- 1.167	5.3937	- 7.1807	6.098	- 1.0315
Distrito Federal	9.6913	5.4912	- 3.4	8.7844	1.6382	6.8276	0.51779	- 12.371	3.0077	- 0.43677	0.58849
Ceará	8.3784	- 18.928	- 0.57054	1.9577	0.41039	2.0356	0.93014	- 2.4458	1.8666	- 0.48074	1.6613

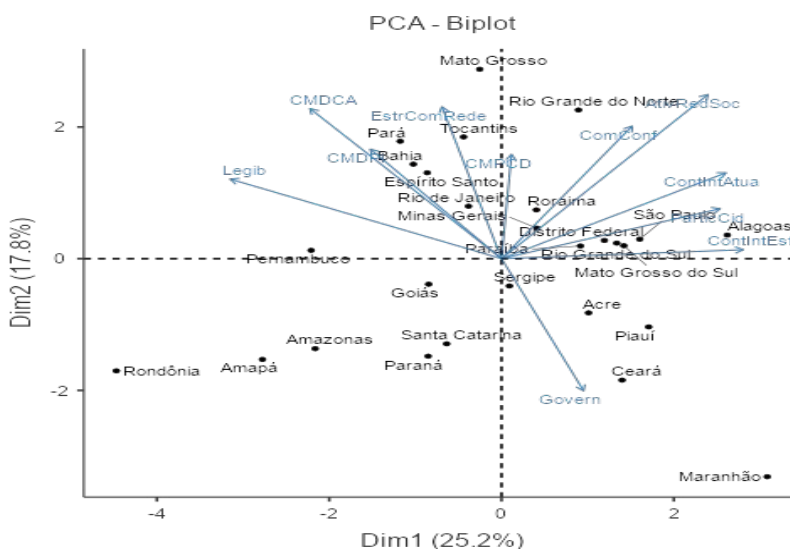
Rio Grande do Sul	11.441	5.3129	-9.0491	5.463	7.1829	1.4756	-11.538	7.7735	-3.754	-4.2645	0.21135
Paraíba	7.8822	1.0522	-2.9257	2.5374	5.2867	2.5961	-0.8027	6.8888	1.0687	1.2287	-0.27353
Pernambuco	-16.859	0.36899	8.2967	-7.7582	6.205	1.022	2.1431	5.8694	4.6657	-0.42883	1.4408
Minas Gerais	6.7011	2.9939	9.7459	8.9928	-1.8689	0.24065	2.789	-0.5145	2.9056	1.8063	-0.69358
Bahia	-3.1472	12.386	14.972	1.9352	-4.0506	-9.4301	-4.1184	-2.4391	2.056	1.0619	1.4759
Sergipe	-4.4474	-8.1143	-0.85922	8.8099	17.105	-4.1194	3.7489	3.2394	5.6102	-4.0857	-0.037396
Rio Grande do Norte	12.183	20.101	2.3531	0.90508	8.8	8.9404	2.7238	-0.13229	2.1763	-2.3683	-0.99461
Tocantins	-1.5691	6.4096	11.983	-12.619	11.16	10.964	4.882	-4.854	-6.3713	-0.81316	-3.0407
Maranhão	11.597	-22.91	-1.3658	0.21937	-0.18135	9.2847	5.3226	4.7167	0.60734	-1.9535	1.8662
Alagoas	16.054	-0.93956	-14.749	-3.2337	-2.6796	3.5479	4.069	-2.9297	0.679	5.3588	-2.7928
Santa Catarina	-4.2641	-14.276	18.308	-2.4025	1.9611	6.6033	3.341	-0.62255	3.252	5.5595	1.8936
Piauí	11.387	11.875	3.8147	4.7441	9.2246	1.6027	-11.207	5.0859	5.2496	0.080484	1.2542
Espírito Santo	-4.8904	14.077	17.66	7.3654	5.4018	7.7106	5.6089	1.2542	3.5474	-1.4758	-0.79558
Roraima	0.35476	5.3894	-7.8797	-0.25193	-4.0579	0.73022	7.782	0.79879	0.69585	-5.7413	0.8832
Acre	7.3097	-8.7278	11.334	2.0076	5.5947	-0.050156	4.2881	-2.9576	2.3215	-5.0218	1.1626
Goiás	-6.7558	-1.5823	-12.402	2.8979	-4.2316	-7.6031	11.733	3.7174	2.3275	-2.7003	-0.094676
Pará	-9.3694	15.525	-11.88	1.0376	0.75926	9.5726	-4.1954	-3.2169	-0.59949	0.42651	4.126
Amazona	-	-	-	3.215	9.058	-	1.529	2.285	-	2.3442	3.511

s	17.658	6.8867	1.533	4	1	9.2284	7	2	0.69546		9
Rondônia	24.909	3.6575	-2.165	0.37643	1.9027	2.3947	-4.758	1.704	3.5198	-0.12891	7.0215
Amapá	20.301	6.6787	7.2885	2.7552	1.7197	1.4792	4.8024	2.5777	10.825	-4.7982	0.69566
Mato Grosso	0.04686	13.754	8.6499	23.746	6.4097	1.1478	3.7049	0.36523	2.7966	4.5254	2.8822
Mato Grosso do Sul	11.189	0.35051	3.6722	1.7224	-3.816	5.7193	2.116	10.174	3.0064	4.4938	1.7994

Fonte: elaboração própria

O gráfico biplot da análise de componentes principais, considerando apenas os dois primeiros grupos, mostra que os vetores de participação em redes sociais, estrutura de redes sociais, assessoria e, principalmente, legibilidade, se destacam sobretudo nos estados da região Sudeste. Por outro lado, a governança é mais expressiva nos estados da região Nordeste, com diferentes características socioeconômicas, como a seguir.

Gráfico 2 - Biplot de Análise de Componentes Principais por estado

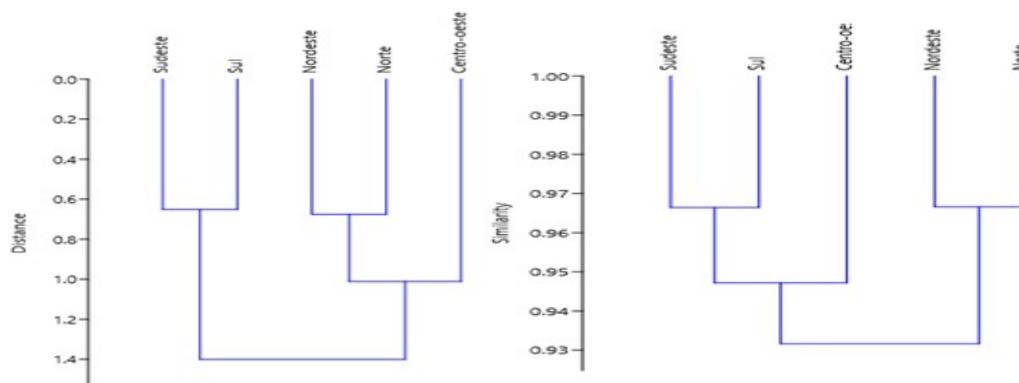


Fonte: elaboração própria

Feita a análise por estado, procedeu-se à análise por regiões do país, considerando as dimensões propostas nesta pesquisa, e com o objetivo de verificar se há alterações significativas entre os clusters observados.

Em seguida, foi elaborada uma matriz de similaridade e distância para observar o comportamento dos clusters por região, conforme o gráfico a seguir..

Gráfico 3 - Clusters por região



Fonte: elaboração própria

Observa-se que, em relação aos grupos de distância, as regiões Sudeste e Sul apresentam-se em grupos diferentes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, o que torna necessário identificar quais dimensões influenciam essas distâncias percebidas.

Para isso, foram realizados testes estatísticos para verificar se existem diferenças estatísticas relevantes entre as regiões e quais dimensões apresentam maiores ondas nas investigações.

Para tanto, tentou-se inicialmente realizar testes de normalidade para verificar se um teste paramétrico seria ou não utilizado na análise dos grupos por região.

Tabela 6 - Teste de normalidade para a análise das regiões

Franja		Estrut com int red	Ativ red soc	Part Cid	Gov ern	C I estrut org	C I Atua ec	CMD CA	CM DPI	CMP CD	Com Conf	Legibil
SUR	N	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211	211
	Shapiro-Wilk W	0,9557	0,9659	0,6931	0,9432	0,9056	0,6365	0,6939	0,881	0,7681	0,9051	0,6952
	p(normal)	4,06E-06	5,67E-05	2,13E-19	2,36E-07	2,66E-10	5,79E-21	2,26E-19	7,70E-12	5,97E-17	2,45E-10	2,46E-19
SUDESTE	N	267	267	267	267	267	267	267	267	267	267	267
	Shapiro-Wilk W	0,9596	0,97	0,7687	0,9301	0,9453	0,7347	0,6566	0,8813	0,8448	0,9409	0,7854
	p(normal)	8,51E-07	2,19E-05	4,12E-19	6,70E-10	2,01E-08	2,22E-20	6,93E-23	1,45E-13	1,14E-15	7,14E-09	1,94E-18
NORDESTE	N	477	477	477	477	477	477	477	477	477	477	477
	Shapiro-Wilk W	0,9646	0,9533	0,6025	0,9489	0,9477	0,7683	0,8926	0,8317	0,5852	0,9295	0,4122
	p(normal)	2,57E-06	3,86E-06	1,26	8,91	6,07E-07	2,16E-07	9,20E-07	4,83E-07	3,79E-07	3,34	1,35E-07

	mal)	-09	11	E-31	E-12	-12	25	18	22	-32	E-14	36
NORTE	N	101	101	101	101	101	101	101	101	101	101	101
	Shapiro-Wilk W	0,9672	0,9581	0,7081	0,9159	0,9357	0,7302	0,8791	0,8309	0,7187	0,9373	0,8657
	p(normal)	0,01283	0,00279	7,14E-13	7,78E-06	9,82E-05	2,48E-12	1,49E-07	2,18E-09	1,29E-12	0,0001224	4,20E-08
CENTRO-OESTE	N	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150	150
	Shapiro-Wilk W	0,9538	0,9597	0,6295	0,9407	0,9163	0,7053	0,9112	0,8854	0,6002	0,9284	0,7883
	p(normal)	6,91E-05	0,000228	7,15E-18	5,95E-06	1,24E-07	5,55E-16	5,96E-08	2,15E-09	1,58E-18	7,63E-07	1,88E-13

Fonte: elaboração própria

O resultado mostrou que os dados das variáveis investigadas por região possuem distribuição não normal, na qual sugere-se a utilização do teste de Kruskal-Wallis, seguido do teste de Dunnett para complementar a análise..

Tabela 7 - Teste de Kruskal-Wallis para a análise por região

	SUL	SUDESTE	NORDESTE	NORTE	CENTRO-OESTE
H (chi2):	802,6	719,5	1576,0	299,7	601,2
Hc (tie corrected):	817,3	731,8	1608,0	304,4	611,4
p (same):	3,90E-169	9,17E-151	0,0000000	1,82E-59	6,41E-125

There is a significant difference between sample medians

Fonte: elaboração própria

Como pode ser observado, os resultados do teste de Kruskal-Wallis apresentam valores de H(chi2), com p significância, indicando que existem diferenças estatisticamente significativas entre pelo menos duas regiões investigadas. Porém, para determinar quais dimensões diferem entre si, aplica-se o teste de Dunnett para comparações múltiplas, conforme tabela a seguir..

Tabela 8 - Teste Dunn's post hoc por Região

Dunn's Post Hoc	Estrutcom int red	Ativredsoc	PartCid	Gove m	C I estrut org	C I Atua ec	CMD CA	CMD PI	CMP CD	Com Conf	Le gib il
Estrutcom int red											
Ativredsoc	0,1438										

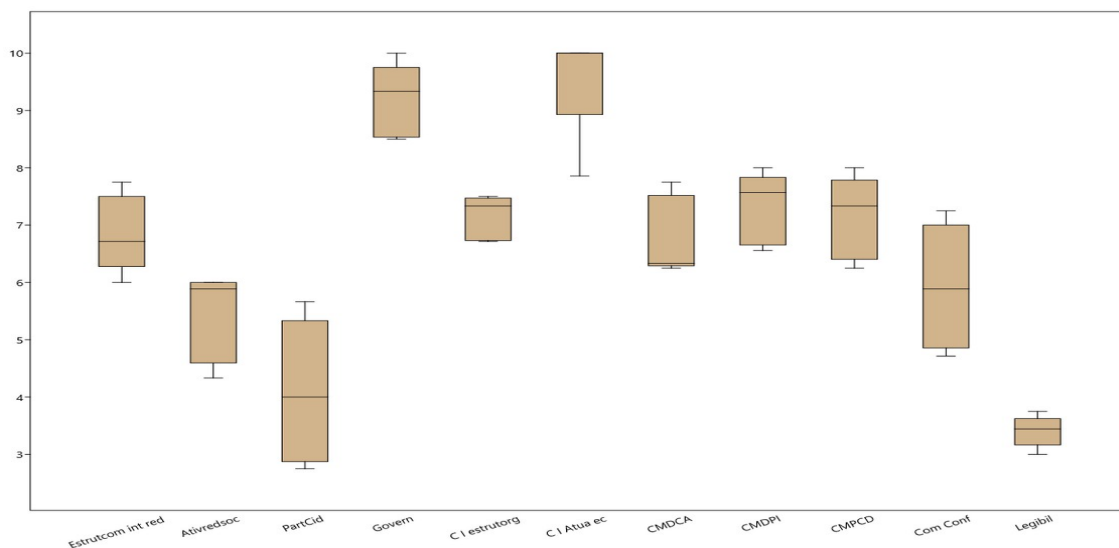
PartCid	0,0337 1	0,5081									
Govern	0,0449 6	0,0005	3,65E- 05								
C I estrutorg	0,6567	0,0566	0,0102	0,118 6							
C I Atua ec	0,0290 5	0,0003	1,66E- 05	0,858 9	0,082 15						
CMDCA	0,9449	0,1637	0,0399	0,038 06	0,607 5	0,0243 3					
CMDPI	0,4831	0,0305	0,0047	0,192 3	0,797 3	0,1385	0,441 1				
CMPCD	0,6855	0,0619	0,0115	0,109 6	0,968 5	0,0754 3	0,635 4	0,767			
Com Conf	0,374	0,5667	0,217	0,003 804	0,182 4	0,0021 28	0,412 3	0,111 8	0,195 7		
Legibil	0,0168 4	0,3532	0,7897	1,11E -05	0,004 587	4,81E- 06	0,020 28	0,002	0,005 187	0,133 3	

Fonte: elaboração própria

As dimensões Participação Cidadã, Governança e Legibilidade destacam-se como diferentes das demais, no contexto das regiões, estando essas dimensões relacionadas com a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (1987) em que a participação popular é um mecanismo essencial para a integração da sociedade no contexto sociopolítico, com consequências diretas na incorporação de práticas que promovam o controle social, além do controle institucional.

O box plot é apresentado a seguir para melhor representar as posições medianas das regiões pesquisadas, já que neste estudo estamos lidando com dados não paramétricos. Conforme demonstrado a seguir, os dados das dimensões Participação Cidadã e Comitês e Conferências mostram maior dispersão entre as regiões, e a dimensão Controle Interno - o desempenho na utilização dos recursos é superior às demais dimensões. O Gráfico a seguir sugere que a dimensão legibilidade nas regiões investigadas apresenta mediana inferior às demais, sendo fundamental a participação da sociedade organizada no acompanhamento das ações governamentais. (Cardoso, 2018).

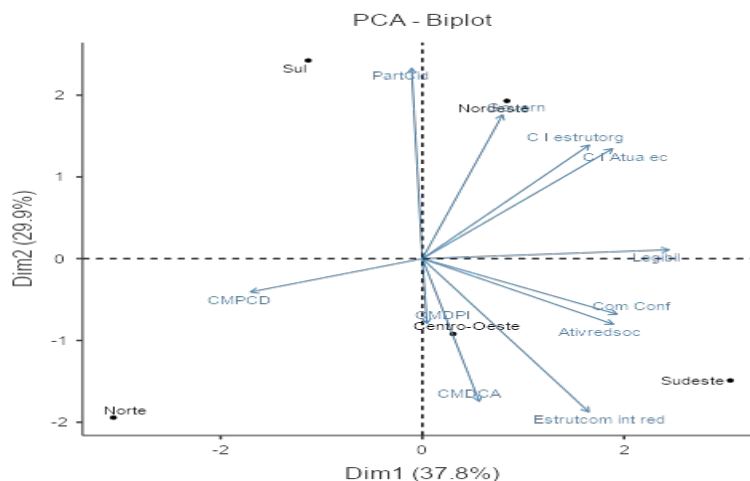
Gráfico 2 - Boxplot das dimensões nas regiões pesquisadas



Fonte: elaboração própria

Uma vez identificado que existem diferenças estatisticamente significativas entre as regiões e cuáles son las dimensiones con mayor o menor representatividad que caracterizan a estas variables, se elaboró un nuevo análisis de componentes principales, destacando las regiones investigadas y luego se elaboró un gráfico PCA - Biplot para presentar las dimensiones por región, como se presenta a continuación.

Gráfico 5 - Biplot de Análise de Componentes Principais por Região



Fonte: elaboração própria

Como mostra o gráfico anterior, as maiores cargas componentes das dimensões participação cidadã e governança estão direcionadas para as regiões Sul e Nordeste, e a estrutura da dimensão rede social está direcionada para a região Sudeste. A região Norte apresenta cargas menores e mais distantes em relação às dimensões por região, resultado este que vai ao encontro do estudo de Cruz et al. (2012), que associa melhores condições socioeconômicas a maiores níveis de transparência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo delimitou-se à análise das prestações de contas e dos 1.206 entes municipais perante a Controladoria Geral da União, incluindo seus conselhos municipais de direitos, e para isso foram utilizados recursos estatísticos e análise de conteúdo, tendo como base de dados os arquivos dos Tribunais de Contas, Tribunais de Justiça, Receita Federal do Brasil, CGU e IBGE.

Ao analisar os 1.206 municípios com maior arrecadação tributária e os que respondem à CGU e à Controladoria, confirmou-se a primeira hipótese de que todas as dimensões do controle social estudadas se correlacionaram positivamente com os municípios com maior arrecadação. Os resultados são robustos e apresentam a significância estatística necessária. Esta descoberta foi essencial porque nos permitiu realizar todos os testes estatísticos que se seguiram..

A partir da análise dos componentes principais, com os dados dos maiores arrecadadores, é possível verificar a confirmação da segunda hipótese, de que as dimensões investigadas do controle social apresentam componentes que enfocam a estrutura, a participação, os controles e os conselhos em relação aos municípios com maior arrecadação. Essa análise possibilitou verificar os pontos fortes que as variáveis possuem entre si, e contribui para a orientação preconizada pela literatura pesquisada.

Os dados apresentados do ponto de vista dos grupos populacionais mostram que os municípios mais populosos, dentro dos parâmetros estudados nesta tese, tanto em relação à distância quanto à similaridade, encontram-se em grupos separados dos municípios com menor população, o que demonstra a diferenças nas dimensões investigadas, e confirma que as dimensões investigadas sobre controle social apresentam diferenças estatísticas em relação à faixa populacional dos municípios.

As dimensões investigadas sobre controle social apresentam diferenças estatísticas em relação aos estados brasileiros, por apresentarem achados na formação de grupos por clusters, em que se verificou nos dendrogramas de similaridade e distância, grupo formado por Amapá e Roraima, com destaque no estado do Tocantins, e outros dois grandes grupos divididos entre as regiões Norte e Nordeste, e outro grupo Sul e Sudeste. Essas diferenças também são destacadas no gráfico biplot, no qual foi verificada a análise de componentes principais por estado, das cargas mais altas para cada dimensão, incluindo a indicação de cargas negativas na dimensão estrutura de comunicação e redes sociais nos estados do Amapá, Amazônia e Rondônia, e cargas mais altas nos estados de São Paulo, Alagoas e Rio Grande do Norte.

Este estudo teve limitações em relação aos dados obtidos, pois foram baseados apenas em todos os municípios com prestação de contas submetida à CGU, mas poderia ter sido uma amostra ampliada, realizada diretamente no ente municipal, caso atendessem aos requisitos do transparência dos seus dados.

5. REFERENCIAS

Abu Bakar, N. B., & Saleh, Z. (2015). Review of Literature on Factors Influencing Public Sector Disclosure: The Way Forward. *Asian Journal of Business and Accounting*, 8(2), 155-184.

Agustiniingsih, S. W., Murni, S., & Putri, G. A. (2017). Audit Findings, Local Government Characteristics, and Local Government Financial Statement Disclosure. *Review of Integrative Business and Economics Research*, 6(3), 179-187.

Ahmad, D. H. A., Joseph, C., & Said, R. (2020). Reasons for Non-Disclosure of Accountability Practices Information on the Website of Malaysian Local Governments. *International Journal of Academic Research in Business and Social Sciences*, 10(3), 292–308.

Albuquerque, J. H., Andrade, C. S. D., Monteiro, G. B., & Ribeiro, J. C. (2007). Um estudo sob a óptica da teoria do agenciamento sobre a accountability e a relação Estado-sociedade. In *Congresso USP de Controladoria e Contabilidade* (Vol. 7, No. 2007, pp. 26-39).

Almeida, B. J. M. D., & Silva, A. (2013). Integração das teorias explicativas da auditoria no modelo de accountability de Laughlin: análise teórica e empírica. *Contabilidade e Gestão*, 14, 43-102.

Ayliffe, T., Schjødt, R., & Aslam, G. (2017). Social accountability in the delivery of social protection. *Development Pathways*. Disponível em <https://assets.publishing.service.gov.uk/media/5f1863ed3a6f40727dc2e42d/DFID-Social-Accountability-Literature-Review.pdf>.

Azevedo, S. U. (2017). *Disclosure e influência social na captação de recursos em organizações sem fins lucrativos*. Tese de Doutorado, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. Doi:10.11606/T.12.2017.tde-21062017-113719. Acesso em 13.04.21, de www.teses.usp.br

Baiardini, C. F., da Rosa, P. A., & Petri, S. M. (2015). O Contador como colaborador da conscientização tributária. *Revista ambiente contabil*, 7(1), 18-34.

Bahramirad, S. (2018). *Citizen Accountability in Open Government: A Case of a Canadian Local Government* (Doctoral dissertation). Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP (2020). Orientações sobre Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília: CNMP.

Borgatti, S. P., Everett, M. G., & Freeman, L. C. (2002). Ucinet for Windows: Software for social network analysis. Harvard, MA: analytic hartoneis, 6. Disponível em <https://sites.google.com/site/ucinetsoftware/home>. Acesso em 12/07/2022.

Borba, J. (2011). Participação política como resultado das instituições participativas: oportunidades políticas e o perfil da participação. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília, DF: Ipea, 7, 65-76.

Caldas, O. V., & de Souza Freire, F. (2020). Determinantes do Nível de Legibilidade das Prestações de Contas dos Entes Federativos Estaduais no Brasil/Determinants of the Level of Legibility of State Income Statement in Brazil. *Revista FSA (Centro Universitário Santo Agostinho)*, 17(7), 114-137.

Castells, Manuel. (2012). *Networks of outrage: social movements in the Internet age*. Cambridge: Polity Press. ISBN: 978-0-7456-6298-5.

Cortes, S. V. (2011). As diferentes instituições participativas existentes nos municípios brasileiros. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 7.

Cortes, S. V. (2011). Instituições participativas e acesso a serviços públicos nos municípios brasileiros. Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: Estratégias de Avaliação, 77. Acesso em 05/08/21. <http://biblioteca.participa.br/jspui/bitstream/11451/683/1/Efetividade%20das%20instituicoes%20participativas%20no%20Brasil.pdf#page=78>

Cross, R., Borgatti, S. P., & Parker, A. (2002). Making invisible work visible: Using social network analysis to support strategic collaboration. *California management review*, 44(2), 25-46. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.2307/41166121?journalCode=cmra>. Acesso em 12/07/2022.

Cunha, E. S. M., Almeida, D. D., Faria, C. F., & Ribeiro, U. C. (2011). Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: IPEA, 297-321.

Degasperi, N. C., & Mainardes, E. W. (2017). What motivates money donation? A study on external motivators. *Revista de Administração (São Paulo)*, 52(4), 363-373.

Dias, J. C. R., & Vasconcelos, M. T. C. (2015). As Características Qualitativas da Informação Contábil no Desenvolvimento do Controle Social: uma Análise da Percepção dos Conselheiros Municipais do Recife sobre a Utilidade das Informações Contábeis. *Contabilidade Vista & Revista*, 26(2), 14-40.

Fonseca, I. F. D. (2011). Relações de poder e especificidades do contexto em fóruns participativos. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 7, 372.

Fragoso, S., Recuero, R., & Amaral, A. (2011). Métodos de pesquisa para internet. Porto Alegre: Sulina, 1.

casteFuchs, C. (2015). Mídias Sociais e a Esfera Pública. *Contracampo*, 34(3).

Fung, A. (2004). Empowered participation: reinventing urban democracy. Princeton: Princeton University Press.

Fung, A. (2004). Survey article: Recipes for public spheres: eight institutional design choices and their consequences. *Journal of Political Philosophy*, v. 11, p. 338-367.

Harzing, A. (2017). Publish or Perish User's Manual. Disponível em <https://harzing.com/resources/publish-or-perish/manual/reference>. Acesso em 08/07/2020.

Kousha K. & Thelwall M. (2011). The Web impact of open access social science research – Library & Information Science Research.

Laughlin, R. (1990a) A model of financial accountability and the Church of England, *Financial, accounting and management*, Vol. 6, n.º 2, pp. 93-114.

Lavalle, A. G. (2011). Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação. Brasília: Ipea, 7, 33-42.

Ling, S., Gao, S., & Liu, W. (2018). The Role of Social Media in Promoting Information Disclosure on Environmental Incidents: An Evolutionary Game Theory Perspective. *Sustainability*, 10, <http://doi:10.3390/su10124372>.

Lopes, V. L., Ibdaiwi, T. K. R., de Almeida, D. M., Lopes, L. F. D., Costa, V. M. F., & Alves, C. P. (2014). Responsabilidade social versus ação social: a percepção de empresas colaboradoras. *Revista Brasileira de Administração Científica*, 5(1), 269-287.

Melo, M. A., & Baiocchi, G. (2006). Deliberative democracy and local governance: towards a new agenda. *International Journal of Urban and Regional Research*, 30(3), 587-600.

Meneghelli, R. B. (2009). Redes sociais informais nas organizações e satisfação no trabalho: estudo de caso numa empresa de energia. Universidade Federal Fluminense, Niterói.

Moon M J, (2002). The Evolution of E-government among municipalities: Rhetoric or Reality? *Public Administration Review* 62(4) 424-433

Moreno-Albarracín, A. L., Licerán-Gutierrez, A., Ortega-Rodríguez, C., Labella, Á., & Rodríguez, R. M. (2020). Measuring What Is Not Seen—Transparency and Good Governance Nonprofit Indicators to Overcome the Limitations of Accounting Models. *Sustainability*, 12(18), 7275.

Nor, W., Hudaya, M., & Novriyandana, R. (2019). Financial Statements Disclosure on Indonesian Local Government Websites a Quest of Its Determinant(s). *Asian Journal of Accounting Research*, 4(1), 112-128.

Ortega-Rodríguez, C., Licerán-Gutiérrez, A., & Moreno-Albarracín, AL. (2020). Transparência como Elemento-Chave na Responsabilidade em Organizações Sem Fins Lucrativos: Uma Sistemática. *Sustainability* 2020, 12, 5834; doi:10.3390/su12145834 www.mdpi.com/journal/sustainability

Pires, R. R. C.; Vaz, A. C. N. (2010). Participação faz diferença? Uma avaliação das características e efeitos da institucionalização da participação nos municípios brasileiros. In: AVRITZER, L. (Org.). *A dinâmica da participação local no Brasil*. São Paulo: Cortez. P. 253-304.

Pivac, S., Vuko, T., e Cular, M. (2017). Analysis of Annual Report Disclosure Quality for Listed Companies in Transition Countries. *Economic Research-Ekonomska Istraživanja*, 30(1), 721-731.

Santos, V. L. D. C., & Santos, J. E. D. (2014). As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas. *Holos*, 6, 307-328.

Shahib, H. M., & Risky, F. R. (2017). Accountability in the Internet Era: A Lesson from Local Governments in Indonesia. *Hasanuddin Economics and Business Review*, 1(1), 57-74.

Silva, C. A. T.; Fernandes, J. L. T. (2009). Legibilidade dos Fatos Relevantes no Brasil. In: RAC-Eletrônica, Curitiba, v. 3, n. 1, art. 8, p. 142-158, Jan./Abr. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/periodicos/arq_pdf/a_818.pdf>. Acesso em: 22/09/21.

Trussel, J. M., e Parsons, L. M. (2007). Financial reporting factors affecting donations to charitable organizations. *Advances in Accounting*, 23, 263-285.

Uygur, S. A. (2020). *Fraud in the charity sector in harton and wales: accountability and stakeholder oversight* (Doctoral dissertation, school of business and management. Thesis submitted in fulfilment of the requirement for the degree of Doctor of Philosophy of Royal Holloway, University of London). Disponível em <https://core.ac.uk/download/pdf/334959027.pdf>.

Walker, S. (2016), Revisiting the roles of accounting in society, *Accounting, Organizations and Society*, vol. 49, no. 2, pp. 41–50. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2015.11.007>

Yao, K. (2015). Who gives? The determinants of charitable giving, volunteering, and their relationship. University of Pennsylvania. *Wharton Research Scholars*. 126.http://repository.upenn.edu/harton_research.scholars/ 126.